Por trás das fachadas coloridas

Etnografias nos “novos” Bairro do Recife (Pernambuco) e Pelourinho (Bahia)

Urpi Montoya Uriarte

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1654>

DOI: 10.4000/pontourbe.1654

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Urpi Montoya Uriarte, « Por trás das fachadas coloridas », *Ponto Urbe* [Online], 7 | 2010, posto online no dia 31 dezembro 2010, consultado o 01 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1654> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1654

Este documento foi criado de forma automática no dia 1 Maio 2019.

© NAU

Por trás das fachadas coloridas

Etnografias nos “novos” Bairro do Recife (Pernambuco) e Pelourinho (Bahia)

Urpi Montoya Uriarte

- 1 A versão oficial das intervenções em centros históricos costuma diferir das versões de quem está “dentro” do espaço “recuperado” ou “revitalizado”. Nestas linhas, além da voz no estilo acadêmico da autora, decidimos dar mais espaço à fala dos atores e às sensações e observações dos pesquisadores anotados em suas cadernetas de campo ou registrados em seus textos. Com efeito, este último tipo de fala emerge aqui de duas pesquisas realizadas no final da década de 1990 : uma, realizada por mim com a colaboração de duas estudantes de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia¹ e outra por Rogério Leite e publicada em seu livro *Contra-usos da cidade* (2007). Não são duas pesquisas sincronizadas voluntariamente; no entanto, ambas tiveram a mesma finalidade: anotar os novos usos e usuários que os centros recuperados estavam tendo, usos que nem sempre foram previstos (ou realmente desejados) em seus respectivos planos.
- 2 O que ambas as etnografias nos relatam, num primeiro momento, são centros históricos que tiveram seus usos quase plenamente modificados, não fosse pela manutenção de um pequeno núcleo de moradores antigos e pobres. Tais centros se transformaram em espaços de lazer, frequentados por diversos grupos que se posicionaram e se apropriaram de certos espaços, tornando-os seus lugares. Fosse pela vontade política, certamente esta heterogeneidade não seria tal. Na medida em que o espaço é negociado, construído socialmente, os dois centros históricos aqui tratados resultaram em espaços complexos ou, em palavras de Rogério Leite, numa “compartimentada e compartilhada existência híbrida de diferentes lugares” (2007, p. 297). Com efeito, a cidade-mercadoria não conseguiu domesticar ou disciplinar totalmente as formas cotidianas de apropriação política dos lugares. Assim, num segundo momento, mais recente, assistimos a novas investidas para disciplinar tal espaço – entenda-se: elitizá-lo ou homogeneizá-lo.

As intervenções no Bairro do Recife e Pelourinho

- 3 Em contraste com o Pelourinho, que até o século XIX foi local de moradia dos senhores de engenho, desembargadores e grandes negociantes da Bahia (Mattoso, 1992), o Bairro do Recife – istmo e hoje uma pequena ilha – foi, até o século XIX, local onde se concentrava a economia da cidade: comércio, armazéns, escritórios, bancos etc. Em inícios do século XX, o bairro sofreu uma grande reforma, reflexo da ascensão dos republicanos ao poder político e da elite usineira na economia pernambucana, que devia transformar o antigo bairro holandês e português num espaço sofisticado e moderno do comércio usineiro e do setor financeiro. Com a destruição praticamente total do Porto do Recife, o bairro colonial foi reconstruído em estilo eclético, seguindo o modelo francês da reforma de Paris de meados do século XIX, feita pelo barão de Haussmann: duas largas avenidas foram abertas (Marquês de Olinda e Rio Branco), resultado de amplas demolições. É importante frisar que, mesmo estando longe de ser um bairro residencial, o Bairro do Recife nunca deixou de ser habitado “nas poucas instalações residenciais que se mantiveram em pé” (Leite, 2007, p. 130).
- 4 Já o Pelourinho não sofreu grandes modificações em sua estrutura física durante a primeira metade do século XX. O que mudou, e desde bem antes, foram seus ocupantes. A partir de meados do século XIX iniciou-se o deslocamento da alta classe da cidade para a zona sul (especialmente para o bairro e Corredor de Vitória), o que fez com que a área passasse, paulatinamente, a ser local de moradia dos setores mais baixos da escala social. Essa mudança explica-se pelo “declínio e a estagnação da economia escravagista do Recôncavo, isto é, com a decadência da cultura de cana-de-açúcar e do fumo, e a consequente queda das exportações, mudaram os hábitos” (Simões e Moura, 1986, p. 42).
- 5 O que se conhece hoje como Bairro do Recife é uma poligonal, tombada em 1998, que corresponde ao trecho mais antigo do bairro, o núcleo original da cidade do Recife, junto com os bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista. Diferentemente do Pelourinho, tombado por conservar sua arquitetura colonial, a inscrição do Bairro do Recife na lista de bens tombados justificou-se por ser este, ao mesmo tempo, um vestígio do Brasil holandês, exemplar único da Paris de Haussmann e representante da arquitetura moderna e contemporânea.
- 6 Em meados do século XX, o Bairro do Recife já apresentava sinais de perda de centralidade e, portanto, esvaziamento econômico, não só porque outros portos regionais foram igualmente equipados, como também por conta das “reformas urbanísticas de Santo Antônio [que] transformam este bairro no centro simbólico e econômico da cidade (um típico CDB). Concentram-se ali o comércio especializado e de luxo, as atividades públicas e os serviços dos profissionais liberais” (Zancheti, 1995, p. 100). Tanto quanto no caso do Centro Histórico de Salvador (CHS), o resultado destes processos foi a transformação do perfil sócio-econômico do bairro. Famílias de baixa renda se aproveitaram do “abandono” da área pelo poder público para convertê-la no lugar de moradia, tornando-se “local ideal para as pessoas que, de alguma forma, desenvolviam atividades ligadas ao porto: estivadores, pequenos comerciantes, funcionários de armazéns, prostitutas” (Leite, 2007, p. 147). O Pelourinho do meretrício e da boemia assemelha-se ao Bairro do Recife desse período: “a época de ouro da boemia, dos cabarés, das boates e dos prostíbulos” (Zancheti, 1995, p. 100).

- 7 Contudo, a perda da centralidade do CHS foi posterior à do Bairro do Recife. Data da década de 60, quando Salvador começa a se industrializar a partir dos impactos da instalação da Petrobras (em 1947), dos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959), do Centro Industrial de Aratu (1967) e do Pólo Petroquímico de Camaçari (1978). A entrada de recursos econômicos na Bahia significou, para Salvador, o início de um forte processo de descentralização urbana que deixou o velho centro esvaziado de suas antigas funções financeiras, comerciais e institucionais. A construção das avenidas de vale, o Acesso Norte da cidade, a estação rodoviária do Iguatemi e o Centro Administrativo da Bahia estão entre as principais construções que promoveram a perda de centralidade do antigo centro.
- 8 Mas, depois da década de 1960, o quadro era o mesmo em ambos os centros: abandono e ocupantes cada vez mais pauperizados. A descentralização de Recife a partir da expansão residencial e comercial para o sul (Boa Viagem) e centro-oeste, iniciado na década de 1960, reforçou o anterior processo de esvaziamento residencial, perdendo o bairro parte da população que ali ainda morava e estava ligada às atividades portuárias. Passaram a morar nele novos habitantes que, aproveitando o abandono de armazéns e escritórios do porto, ocuparam os espaços vazios. É o caso da Favela do Rato². Assim, na década de 1980, o Bairro do Recife era um espaço abandonado pelo poder público, tanto quanto o Pelourinho da mesma época. Ambos eram espaços estigmatizados, considerados marginais e perigosos. Mas, em contraste com o Pelourinho, o Bairro do Recife manteve (embora de forma declinante) usos comerciais, industriais e institucionais³, não podendo se tornar espaço de moradia para uma numerosa população pobre, embora à noite se tornasse espaço de uso de um pequeno número dela:
- Durante o dia, as atividades econômicas do porto e a movimentação de pessoas nos bancos e instituições públicas asseguravam uma rotina diária aparentemente igual à do restante da cidade. À noite, com as ruas escuras, o bairro era um convite a uma aventura de risco. Prostitutas e travestis... dividiam as esquinas com mendigos e meninos que faziam da rua as suas casas. (Leite, 2007, p. 149).
- 9 Em relação às intervenções públicas nesses espaços, o que temos são mais diferenças que semelhanças, pelo menos até a década de 90. As intervenções no CHS se iniciaram com a criação, em 1967, da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia (que perdurou até 1980, quando se torna Instituto). Seguindo as recomendações de Michel Parent, consultor da primeira missão da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em seu relatório preliminar, em ocupar-se do Pelourinho, a Fundação pretendia combinar nessa área a preservação e o turismo. Datam da primeira metade da década de 70 as primeiras intervenções nesse sentido: a reforma dos casarões do Largo do Pelourinho para a implantação do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), do Hotel Pelourinho, da Pousada do Carmo e ateliês de arte e artesanato.
- 10 Tais intervenções não tiveram continuidade devido ao fim, em inícios da década seguinte, do Programa Centros Históricos, que as financiava. Entretanto, com a declaração da Unesco do CHS como Patrimônio da Humanidade, em 1985, deu-se o acirramento das discussões sobre a sua recuperação. A formação do Revicentro⁴ é prova disso. Contudo, até 1990, os projetos de intervenção no Pelourinho priorizavam a manutenção da população:
- A gradual redução de recursos financeiros públicos para intervenções de vulto, a organização de um movimento de defesa dos habitantes da área e, sobretudo, a pouca atratividade que esta apresentava para os investidores privados, passaram a

ser, em grande parte, responsáveis pelo reforço da 'opção social', de manutenção no local da população pobre ao longo dos anos 80, com feições progressivamente paternalistas. (Fernandes e Gomes, 1993, p. 24)

- 11 É na década de 1990 que começaria a intervenção maciça no CHS. Em 1991, no governo de Antônio Carlos Magalhães, o sociólogo Luciano Diniz Borges e a arquiteta Maria Adriana Almeida Couto de Castro elaboraram o Termo de Referência que orientou a operacionalização do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, efetuado pelo Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural (IPAC) e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER). Os objetivos do programa foram a recuperação e restauração, a sua manutenção de forma contínua e o "desenvolvimento do potencial produtivo da área" (IPAC, 1995).
- 12 O Termo de Referência dividiu o Centro Histórico em 5 sub-áreas, prevendo atividades específicas para cada uma delas. Havia áreas reservadas para o comércio (a grande maioria) e outras para uso residencial. A recuperação foi planejada em 10 etapas. A 1ª etapa consistiu na recuperação de 4 quarteirões, iniciada em 1993. A segunda recuperou apenas dois, a 3ª etapa, três e a 4ª etapa, oito. Entre a primeira e a quinta foram recuperados 450 imóveis (BID/IPHAN, Secretaria de Cultura e Turismo, IPAC, CONDER, Governo da Bahia, 1997). No final da década de 1990 concluíra-se parte importante da 6ª etapa (A Tarde, 28/02/1999), que contou com recursos do BID e do Programa de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur (A Tarde, 4/11/1998). Nessa etapa foi arborizada e embelezada a Praça da Sé, restaurada a Câmara Municipal e concluída a Praça das Artes, da Cultura e da Memória nos quintais dos casarões que formam o Quarteirão Cultural.
- 13 A 7ª etapa iniciou-se com a entrada do século XXI e continua até agora. Esta fase previa a intervenção em 8 quarteirões localizados entre a Ladeira da Praça e o Terreiro de Jesus. O uso previsto para essa etapa incluía um Centro de Serviços Administrativos da Prefeitura (que devia reunir 13 órgãos), moradias, estabelecimentos comerciais conjugados e a futura sede do IPAC⁵.
- 14 As medidas de proteção para o Bairro do Recife se iniciaram quase uma década depois das tomadas em relação ao Pelourinho. Na segunda metade da década de 70 foi elaborado o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife, que serviu de referência para a lei de Zonas Especiais de Preservação, datada de 1979. Por descontinuidades políticas ou ausência de análise de aplicabilidade, esta primeira tentativa não foi bem sucedida (Gomes, 1995). Um segundo plano foi elaborado na gestão municipal do prefeito Jarbas Vasconcelos, entre 1985 e 1989. Trata-se do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife que, seguindo o modelo de Bolonha (caracterizado pela função social atribuída ao patrimônio habitacional), pretendia a reabilitação do bairro para seus próprios moradores, isto é, sem deslocamentos ou proposta de turismo e comércio da cultura para a área, além de prever a participação dos moradores. Vale lembrar que, em 1991, havia apenas 566 habitantes no Bairro do Recife (Zancheti, 1995). No contexto desse plano foi criado o Escritório de Revitalização do Bairro do Recife, mas pouco se fez nesse período para reverter o quadro de degradação da área, o que pode ser explicado pela falta de recursos públicos (Zancheti, 2006) ou por razões políticas (Gomes, 1995) para a efetivação do mesmo.
- 15 Assim, apesar da existência de dois projetos anteriores, a "revitalização" do Bairro do Recife, de fato, só se iniciou na década de 1990. Coincidentemente, no mesmo ano da "recuperação" do Pelourinho, em 1993. Naquela época, Jarbas Vasconcelos era novamente o prefeito da cidade (embora seja útil precisar que o Plano de Revitalização do Bairro do

- Recife – PRBR – fora inicialmente solicitado pelo governo estadual). O plano, desta vez, propunha uma clara mudança de usos e dividia o bairro em três setores (de consolidação, renovação e revitalização). Tratava-se de transformar o bairro numa área mista de cultura e lazer, turismo, serviços e comércio “modernos” e habitação. Dentro do bairro, haveria uma subdivisão, embora não drástica, para cada um destes setores.
- 16 Vários são os contrastes com o Plano de Reabilitação anterior. Se este se espelhava no caso de Bolonha, o de Revitalização tinha como modelo a cidade de Nova Orleans e seu *Vieux Carré*, bairro francês dedicado à cultura e lazer. O plano da década de 1980 concebia o Estado como o grande promotor e gestor das ações. O da década seguinte, com um “perfil empresarialista”, procurava fazer convergir interesses públicos e privados para dividir custos e ações entre Estado, empresários, comerciantes e agentes financeiros. Os grandes ausentes nesta listagem de “atores” foram certamente os moradores pobres da chamada Favela do Rato. O plano incluía um uso habitacional em certas áreas, contudo “a ideia de habitação no plano voltou-se não para os seus moradores antigos, mas para novos possíveis moradores, com outro perfil sócio-econômico” (Leite, 2007, p. 188).
- 17 A revitalização foi iniciada num setor do bairro cujo uso foi pensado para ser de “lazer e a cultura” (também chamado de Pólo de Animação): os quarteirões da Rua do Bom Jesus. Na medida em que a intervenção do Estado era considerada impulsora (ou “incentivadora”) dos interesses privados que se veriam atraídos (ou “sensibilizados”) por estas ações públicas pontuais iniciais, o projeto se desencadeou através de um conjunto de reformas de espaços públicos. Em conformidade com o esperado – que tal processo inicial fosse prosseguido (ou “dinamizado”) pela iniciativa privada –, o segundo passo consistiu na busca de parcerias com empresas privadas. Nesse marco, assinou-se o Projeto Cores da Cidade com a Fundação Roberto Marinho e a empresa Akzo do Brasil (Tintas Ypiranga)⁶. Mediante este projeto, “as fachadas dos prédios da Rua do Bom Jesus seriam restauradas pelos proprietários, a Prefeitura melhoraria a rua, o fabricante doaria as tintas e a TV faria a divulgação do projeto na mídia.” (Zancheti, 1995, p. 105). Mesmo com a campanha publicitária na televisão promovendo a Rua do Bom Jesus, poucos proprietários aderiram ao Projeto. Foi assim que surgiu a idéia de criar um escritório de negócios do Pólo e a Prefeitura “contratou uma empresa privada para gerir o processo de organização e viabilização deste Pólo de Animação segundo um modelo similar ao de um ‘shopping center’.” (Zancheti, 1995, p. 108). Foi necessário mais investimento da Prefeitura no equipamento público da Rua do Bom Jesus, assim como a desapropriação de cinco imóveis deteriorados (conferindo-lhes novos usos) para que os proprietários se incorporassem ao Projeto. Em 1995, começaram a funcionar os primeiros bares e restaurantes do Pólo e, em pouco tempo, “o bairro passou a ser a área de maior concentração relativa de bares e restaurantes na cidade do Recife” (Leite, 2007, p. 189).
- 18 Assim, se os usos conferidos pelas intervenções aos centros históricos do Pelourinho e do Bairro do Recife e a atratividade da idéia de *shopping center* foram as mesmas nos dois casos, a forma como isto foi feito mostra-se bem diferente. Na Bahia, o governo estadual (via IPAC) monopolizou as decisões sobre o novo espaço e foi o seu administrador. No Bairro do Recife, porém, houve a necessidade de uma negociação, dada a diversidade de atores concentrados nele – “forte setor financeiro, grandes indústrias, setor institucional, setor portuário e comércio de vários tipos e portes – varejista e atacadista [que] define um mapeamento de conflitos de interesses” (Botler et al, 1995) –, por conta também da presença diversificada de proprietários – antigos produtores rurais, grandes grupos financeiros e industriais e instituições como a Santa Casa da Misericórdia (Lapa, 1995) – e

do marco conceitual do plano⁷. No caso baiano, a monopolização estatal foi possível na medida em que era ele um dos maiores proprietários dos imóveis recuperados, o que lhe permitia atribuir a utilização dos imóveis, determinar o preço dos aluguéis e escolher os locatários⁸. Finalmente, a contratação de uma empresa privada para gerir o Pólo de Animação condiz com o “perfil empresarialista” do Plano de Revitalização do Bairro do Recife.

Etnografias do Bairro do Recife e do Pelourinho em finais da década de 1990: “cultura e lazer” e os outros usos indesejados ou não previstos.

- 19 É frequente ouvir do discurso oficial uma avaliação positiva das intervenções realizadas nos centros históricos por estas terem conseguido, além da recuperação do património edificado, a “volta ao centro” da “população da cidade”. O Projeto Pelourinho Dia e Noite se apresenta como “uma iniciativa vitoriosa, pois conseguiu reverter o quadro de ocupação do Centro Histórico de Salvador, fazendo com que os baianos frequentassem o que há de mais importante em termos de património e preservação” (Governo da Bahia, s/d)⁹. O PRBR tinha entre seus objetivos, da mesma forma, “tornar o Bairro do Recife um espaço de lazer e diversão para toda a população da cidade, um espaço que promova a concentração de pessoas, nas áreas públicas, criando um espetáculo urbano” (Zancheti et al, 1998, p. 33). Contudo, sabemos que quando se esperava que “os baianos” - ou “toda a população da cidade” - frequentassem o novo espaço, na verdade, estava se falando apenas das classes altas e médias, que consomem e, com isso, podem dar “sustentabilidade” aos empreendimentos.
- 20 O consumo de bares e restaurantes por estas classes foi possível pela conjugação de vários fatores: a reforma dos prédios, a pintura colorida, a campanha televisiva feita sobre o lugar e uma constante programação de eventos. No Bairro do Recife, nos anos 1990, a Prefeitura mantinha, com o apoio de empresários do bairro, uma intensa programação cultural: shows, serestas, arte na rua etc. A programação era bem diversificada (festivais de dança, exposições de artes plásticas, shows etc) e direcionada a um público de renda mais elevada. No Pelourinho, a programação estava a cargo do Projeto Pelourinho Dia e Noite, que combinava eventos anteriores à intervenção (como as Terças da Bênção, Ensaios de Olodum, Levada do Pelô) com eventos patrocinados pelo Estado (com recursos financeiros oriundos da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia e de convênios celebrados com a Bahiatursa), programação composta basicamente de atrações musicais nas praças. O objetivo do projeto era
destacar o Pelourinho como ‘point’ de diversão, durante todo o tempo, para a cidade de Salvador; revitalizar o Centro Histórico durante todo o ano, propiciar alternativa cultural e de lazer para a população soteropolitana e turistas nacionais e estrangeiros; gerar renda para o comércio local, através do fluxo constante de pessoas; preservar e divulgar a cultura e música afro-baiana. (Governo do Estado da Bahia, s.d).
- 21 Os quarteirões da Rua do Bom Jesus, no Bairro do Recife, foram transformados, pela combinação de fatores já citados, num lugar de consumo da classe média e alta. Acrescente-se o fato dos serviços de limpeza, segurança e iluminação conferidos a esta rua serem nitidamente diferenciados dos dispensados ao restante do bairro. Assim, os casarões restaurados deram lugar a “elegantes e sofisticados bares e restaurantes,

inacessíveis ao padrão econômico de 70% da população brasileira” (Leite, 2007, p. 227). O projeto do centro histórico como lugar de consumo foi, nesse período, um sucesso:

O casario reformado transformou o lugar em um agitado ponto de encontro, por onde circulam pessoas sob o requinte das luzes e do burburinho de muitas vozes, marchinhas de frevo ou jazz. Estrategicamente direcionados para realçar as fachadas restauradas, esses focos de luz reforçavam a impressão cenográfica das ruas, cujo impacto passou a ser um enorme contraste com todo o resto do bairro. A partir das 18 horas, o trânsito era interditado nessas ruas e os cavaletes de madeira surgiam, acompanhando um reforçado esquema de segurança (pública e privada), que ajudava a transformar esse trecho da cidade em um artificial boulevard. Pouco a pouco as ruas eram tomadas por pessoas e as calçadas pelas mesas dos bares e restaurantes. Estimava-se que, em dias de grandes eventos, pelo menos 15 mil pessoas circulavam pelas ruas, em busca de lazer e diversão. (Leite, 2007, p. 185).

- 22 No Pelourinho de finais da década de 1990, os lugares de “consumo cultural” da classe média e alta se concentravam em algumas áreas, como as proximidades da Rua das Laranjeiras e a Praça Tereza Batista. A Rua das Laranjeiras se compõe de três longos quarteirões nos quais os sobrados residenciais foram transformados em restaurantes, lojas de roupa e ateliês. Sua clientela, na faixa etária de 30 e 50 anos, não estava em busca de som ao vivo ou paquera, mas, ao contrário, som ambiente, alimentação de excelente qualidade, encontros calmos com amigos ou *happy-hours* em grupos. Os bares e restaurantes eram bastante frequentados, principalmente nas noites de quintas, sextas e sábados, além dos domingos e terças (variando de horário). A Praça Tereza Batista, por sua vez, é uma pequena praça interna onde funcionavam, à época, quatro bares. Nas noites de terça-feira acontecem, na praça, os ensaios da banda Olodum. Nos finais de semana, a praça segue a programação específica das bandas contratadas pelo Projeto Pelourinho Dia e Noite. Nessas ocasiões, o local é frequentado por pessoas “com poder aquisitivo”, turistas e locais. As pessoas que frequentavam a praça faziam parte do circuito pop-rock de Salvador, que tinha espaços próprios na praça – os bares N.R. e Bar Quereres. Os rapazes calçavam, quase todos, tênis e as meninas, salto alto.
- 23 A animação nesses centros é, portanto, noturna e diferenciada em função dos dias da semana. No Bairro do Recife, de dia não havia um policiamento ostensivo. Os bancos (concentrados na rua Marquês de Olinda), escritórios e casas comerciais deixavam as ruas lotadas de carros e guardadores de carros. Pequenas barracas para refeições rápidas e baratas e meninos de rua compunham esse cenário diurno. No entardecer, as lojas fechavam e os bares abriam. Fora do Pólo Bom Jesus, nos becos escuros, “travestis preparam-se discretos, marcando seus pontos nas esquinas em que se postarão” (Leite, 2007, p. 244). Era esse o horário da chegada das primeiras viaturas policiais e, com elas, do deslocamento dos “indesejáveis” em direção ao Pólo Moeda ou à área próxima aos armazéns. Havia também uma diferenciação entre os dias da semana e os finais de semana. As remoções de mendigos, sem-teto ou consumidores de droga, “nos primeiros dias da semana, praticamente inexistia (...) Quanto mais se aproximava o final de semana, período em que eram frequentes os grandes eventos, mudava o nível de tolerância do esquema de segurança” (idem, p. 245). Outra distinção importante desse espaço se dava entre dias “normais” e dias de festa: “em dias normais, a subversão de usos dos espaços era bem menos tolerada e mais eficazmente controlada.” (idem, p. 247).
- 24 No Pelourinho, podemos identificar as mesmas distinções. Em “dias normais”, as praças internas só têm vida noturna, principalmente nos finais de semana. Há ruas que durante o dia recebem muita circulação, pois são locais de passagem. Mas é nas noites que as mesas

invadem as calçadas tradicionais para dar lugar ao espaço de “consumo e lazer”. No entanto, para além da “cultura e lazer” desejados, tanto o Bairro do Recife quanto o Pelourinho apresentavam, em finais da década de 1990, muitas outras caras, não desejadas. Ambos os centros tinham quarteirões “revitalizados”, convertidos em espaços de consumo “cultural” da classe média e alta, mas rodeados de uma indisfarçável pobreza:

Como nunca se entra diretamente no ‘revitalizado’ Pólo Bom Jesus, o bairro recebe seu visitante com ares severos de um local marcado por profundas desigualdades e visíveis assimetrias. Mal iluminado, com algumas ruas e becos quase às escuras e mal dando para disfarçar o lixo que se amontoa em alguns pontos menos visíveis, as vias de acesso aos quarteirões de animação não escondem que estão fora das melhorias urbanas realizadas no bairro (Leite, 2007, p. 247).

- 25 A Rua Guedes de Brito, no Pelourinho, foi descrita de forma muito similar por nós em finais dessa década:

A Rua Guedes de Brito começa na Praça da Sé e termina na Rua São Francisco. É composta por dois quarteirões e é uma rua essencialmente de moradia. Há sempre dois policiais vigiando as esquinas e os moradores. Foram contabilizadas dezessete casas residenciais, uma casa abandonada e três casarões fechados pelo IPAC. Funcionam na rua: oito casas de eletrônicos, duas associações diversas, um órgão governamental, um correio, um bar, uma lanchonete, um escritório e uma loja de sapatos. Esta rua possui um declive na extensão do segundo quarteirão e o fluxo de carro só se dá no primeiro quarteirão, pois os carros sempre dobram para a Rua Saldanha da Gama para chegar ao Terreiro de Jesus. Na medida em que se trata de uma rua residencial, é frequente a presença de muitos meninos e de crianças, em todos os horários, especialmente nas esquinas. À noite os garotos ficam oferecendo aos motoristas uma vaga para estacionarem seus carros. Além de crianças, percebemos também a presença de muitos homens mais velhos, parados nas esquinas a conversar e a ver a vida passar. Há pouco trânsito de pessoas que não sejam moradores (facilmente identificados pela indumentária: de chinelo, sem camisa).

É por esta rua que os carros que circulam pelo CHS vindos da Castro Alves têm que passar. Na entrada da rua há sempre um carro da polícia (na esquina da Rua Guedes de Brito com a Praça da Sé). Muitas ruas perpendiculares a essa não são calçadas (são apenas compostas por argila), enquanto que o resto do Pelourinho é calçado e quando necessário é recalçado para maior comodidade dos usuários do CHS. Outra diferença com o resto do CHS é que nenhuma casa está reformada. Elas não são coloridas e belas como a imagem que todos têm do Pelourinho como um todo. Há limo nas paredes, rachaduras e as fachadas possuem aspecto velho e muito deteriorado. A separação entre o Pelourinho recuperado e o não-recuperado faz-se evidente pelos torniquetes de madeira – que impedem o trânsito de pessoas e carros – colocados entre as ruas reformadas e as não-reformadas. Os espaços, por trás das traves, são sujos, as ruas sem calçamento e com muitos sacos de lixo empilhados nas portas das casas. (Montoya Uriarte, 2002, p. 69, 70).

- 26 No Pelourinho, além da Praça Tereza Batista, havia outras praças e com outras caras: a Pedro Archanjo, cuja programação musical incluía forró, samba e um gênero de pagode chamado “fundo de quintal”; a Quincas Berro d’Água, que apresentava MPB e “um forró melhor”. Mesmo que a programação destas praças não fosse a do público “mais seletivo” da Praça Tereza Batista, não se patrocinava qualquer artista ou qualquer tipo de música. Havia (e há) uma seleção: tudo, menos pagode e arrocha porque esses ritmos “atraem pessoas que não vão consumir” (apud Moura, 2006, p. 124). Nas ruas não reformadas do CHS, onde não há praças e, portanto, não há programação patrocinada, esses ritmos encontravam espaço propício:

É como o Maciel vinte anos atrás: o mundo do brega... Por ali transita gente de toda parte da cidade, como sempre foi o Pelourinho. O Bar do Sergipe e o Bar de Rose têm máquina de ficha... Quando não se usa a máquina de ficha, põe-se a caixa de som à janela, a todo volume... A música aí praticada é o forró eletrônico, o pagode baiano e o rap no estilo dos Racionais MC; entretanto, quem faz mais sucesso na área que ainda escapa à restauração do Centro Histórico são a Banda Calyso e as diversas bandas de arrocha. Calypso é o Caribe chegando via indústria fonográfica periférica, como o merengue dos anos pós-guerra. (...) O mundo inteiro circula pelo Centro Histórico de Salvador; todos os mundos musicais.” (idem, p. 131-132).

- 27 Situação semelhante é encontrada na Área Pólo Moeda do Bairro do Recife, que é o oposto da Rua do Bom Jesus:

É um caso de ocupação espontânea, numa área do bairro que ainda não tinha sido ‘revitalizada’. Seu surgimento radicaliza o que estou chamando aqui de contra-uso, exatamente por ser compreendido como uma resposta às fronteiras enobrecidas que demarcavam socioespacialmente o Pólo Bom Jesus. O Pólo Moeda seria assim um contra-espço: nele, subvertiam-se quase todas as sociabilidades que não podiam ocorrer em outras áreas do bairro. (Leite, 2007, p. 261).

- 28 Até o final do ano 2000, essa área do Bairro do Recife permanecia com edificações deterioradas, iluminação precária, fachadas sem pinturas novas, o que o tornava ideal para os usos do pessoal alternativo, *underground*, curtidores do *Manguebeat* (popularizado na figura do cantor Chico Science). O Pólo Moeda cresceu em torno do Bar Pina de Copacabana: espaço quase escuro, iluminado por luzes vermelhas, onde casais dançavam salsa, mambo e merengue. Tanto quanto no “brega” do Pelourinho, era comum ver no Bar Pina “personagens” como marinheiros dançando ao som de radiolas de ficha com prostitutas, meninos cheirando cola e jovens dançando *reggae* e andando em bandos.

- 29 No CHS, o *reggae* foi um ritmo muito importante nas décadas anteriores à “recuperação”. A cultura criada ao redor desse ritmo foi fundamental no processo de invenção do bloco afro Olodum em 1979 e no significado que a população pobre e negra de Salvador começou a associar ao Pelourinho: Jamaica, negritude, contestação. Essa cultura se inventava e reproduzia em dois lugares especiais: o Bar do Reggae, na rua João de Deus, e o Cravinho Rastafari, na Gregório de Matos. Mas, em contraposição ao *manguebeat* do Bairro do Recife, o *reggae* tradicional do Pelourinho foi domesticado e, com isso, teve extraída toda a sua força simbólica. O que estamos chamando de domesticação aconteceu a partir da criação da Praça do Reggae que, pretendendo juntar o público desse ritmo num lugar só, removeu os tradicionais bares (Bar do Reggae, Negro’s Bar e o Cravinho Rastafari) para uma praça cercada, onde se paga para entrar após uma prévia revisão policial e cujas atividades se encerram mais cedo devido à antecipação do último horário do ônibus (principal meio de transporte da população de classe baixa que frequenta o local). Em nossa caderneta de campo, descrevemos um sábado na Praça do Reggae:

A frente da praça está cheia de pessoas. Muitos dançam e bebem cravinho, mulheres e homens. A banda que se apresenta hoje é de Cachoeira. Chama-se “Só as Cabeças”. Às 22:15h, a praça já tem algumas pessoas. Apesar de haver mulheres, a maioria é conformada por homens, negro-mestiços, na faixa etária de 25 e 40 anos. Enquanto o show não começa, o som mecânico é ligado. Na pista, apenas os homens dançam, e de uma forma diferente, não “tradicional” de dançar o *reggae*. A forma de dançar é livre, com movimentos soltos. Alguns passos lembram o funk e break.

Um homem que se identifica como coordenador da praça - Valmir Castro - interroga-nos a respeito do que fazemos. Depois de nos identificarmos, ele anuncia a nossa presença no microfone do palco. Depois fico sabendo que Valmir não é o coordenador da Praça e sim Albino Apolinário, o dono do Bar do Reggae. Valmir é muito conhecido no Centro Histórico, e é apelidado de ‘Dois-mundos’. Às 22:30h a

praça está com a média de cem pessoas. Uma senhora de meia-idade dançava muito embriagada, sozinha. As pessoas conversam quase gritando. Às 22:50h, Valmir Castro dá comandos à mesa do som. A banda passa o som. Ele pergunta ao rapaz da mesa do som se ele está ‘tecado’ (cheirado de cocaína) e pergunta por Raimundão (o rei do pó). Na passagem do som (ensaio e teste dos instrumentos), a banda toca *Ambush in the night*, de Bob Marley. A escadaria da praça está repleta de usuários sentados, pois é o único lugar da praça onde as pessoas podem se sentar.

Os grupos dançantes são bem definidos, não se misturam, a maioria é só de homens e alguns ensaiam coreografias. Parecem não precisar de mulheres para se divertir, pelo menos enquanto dançam. Eles não territorializam: estão num canto e depois em outro canto da pista. Muitos frequentadores bebem cravinho do Bar Cravinho Rastafari. Dois catadores de latas fazem seu trabalho.

Às 23:00h já há umas cento e cinquenta pessoas na praça. A maioria é de homens, mas também chegam muitas mulheres. Elas também dançam na pista. Na pista há também um carrinho de bebidas, pertencente ao dono do Negro’s Bar, um africano. Perto do camarim, os seguranças lancham.

A esta altura da noite, o lado de fora da praça está praticamente vazio. Há alguns ambulantes vendedores de cigarros. Às 23:40h, muitos dançam na pista. Nos bares, notei a presença de antigos frequentadores do “Novo Tempo”, bar extinto do largo do Pelourinho, onde se apresentavam as bandas de reggae mais famosas da Bahia.

- 30 Os moradores pobres das redondezas (ou do interior) destes centros históricos “revitalizados” ou “recuperados” fazem um uso não previsto e pouco tolerado na área: pedir dinheiro, catar latas, “assediar” os turistas ou usuários locais com “boa aparência”. No Bairro do Recife, são os moradores da Favela do Rato. Este espaço e sua população foram excluídos das intervenções que ocorriam no bairro, tendo sido o único benefício, em mais de uma década de revitalização, a criação da Escola Municipal, em 1997, “em função da necessidade de diminuir o fluxo de crianças nos pólos ‘revitalizados’ do bairro” (Leite, 2007: 235). Com efeito, para manter o Pólo do Bom Jesus sem os muitos meninos nas ruas (muitos deles moradores do Pilar), foi criada uma escola municipal (em péssimo estado de conservação) e uma portaria do Juizado da Infância e da Juventude que impede crianças de andarem sozinhas nas ruas depois das 21h:

Excetuando a implantação da Escola Municipal, as duas outras ações – a Oficina de Guias Mirins e os projetos Espaço Aberto e Hora de Acolher – foram iniciativas marcadas por uma grande ambigüidade: situaram-se no tênue limite entre o dever público do Estado em assistir a infância e o abuso de poder no disciplinamento dos usos públicos do espaço urbano através do monopólio legítimo da força. (Leite, 2007, p. 201).

- 31 A única presença tolerada desses vizinhos é na função de catadores de latas nos eventos maiores na área:

Seus moradores, muitos deles antigos moradores, tornavam perceptível a forma profundamente assimétrica com que ‘participavam’ das festividades do principal Pólo de Animação Cultural da Rua do Bom Jesus: as catadoras de lata percorriam, apressadas, as ruas, sabendo que sua presença era não apenas indesejada como arriscada (...). Eram, de fato, moradoras da favela em busca de alguma renda. Queixaram-se de não as deixarem colocar barraquinhas para vender água ou refrigerantes e reclamaram que mal podiam apanhar as latas que enchiam a sacola de mão. (idem, p. 231).

- 32 No Pelourinho, os usuários indesejados, porém tolerados, eram os inúmeros vendedores ambulantes e pedintes – adultos e meninos –, além dos bêbados, consumidores de drogas e prostitutas. Estes personagens são assim descritos pelo Sr. Edmundo, dono do antigo restaurante Bacalhau do Firmino, na Rua das Laranjeiras:

[A Rua das Flores] sindicato dos biriteiros que sempre andam com garrações de plástico/guaraná com cachaça dentro. Pedem dinheiro e com alguns centavos conseguem comprar um litro de pinga que carregam e compartilham com seus amigos (...). O Terreiro de Jesus com seus inúmeros bêbados que se reúnem aos domingos às 11:00 ou mesmo na saída da rua Frei Vicente, as prostitutas e os meninos de rua. Todos eles se sentem comandantes do Pelô, pois antes isso aqui era um mangue. (Montoya Uriarte, 2002, p. 60).

- 33 Ao longo do nosso trabalho de campo, o que não faltaram foram depoimentos sobre consumo de drogas, prostituição e alcoolismo. A seguir, alguns trechos extraídos de nossas cadernetas de campo:

Conversando com Marizete, passa Cachacinha. Ela diz que ele é morador de rua, movido a álcool. Me conta sobre Macaco, cuidador de carros da rua perpendicular. Diz que ele já levou Raimunda (sua segunda mulher) ao Nina (Faculdade de Medicina), de tanta facada que lhe deu. Eles brigam sempre na rua, quando bebem... A baiana Maria me fala também da prostituição e do tráfico de drogas que existe no Largo do Pelourinho. Duvidou muito para me falar sobre isso, mas acabou falando. Mas diz que não são as moradores as que se prostituem: são as de fora, que vêm caçar os turistas. Conhece uma que pegou AIDS e outra que lhe contou sua estratégia: colocar uma substância na bebida para dormir o gringo e lhe roubar...

Ubirajara, rapaz negro- mestiço, da Movi Instrumentos Musicais. Comenta da rua 28 [de Setembro] que é uma rua que muitos alegam ser um lugar de perdição de vícios, um antro de marginais – vendedores de crack, meninos de rua que assaltam e sabem que não podem ser presos por serem ‘de menor’, prostitutas e moradores que já foram indenizados mas que não querem sair do CHS – e que muitas crianças pedintes também assaltam turistas defronte a sua loja, os espancam na 28 e pessoas como ele não podem fazer nada, pois se ele pegar algum jovem desses cometendo um delito e der um tapa que seja pode ser processado, pois são tão ousadas ‘essas criaturas’ que sabem todos os seus direitos enquanto criança ou jovem, apesar de estarem cometendo delitos...

Enquanto conversamos há uma criança na rua São Francisco deitada na rua com lençol. Vejo uma criança tentando acordar a que está deitada e o homossexual que agora conversa comigo e com a ex-prostituta também tentou acordar a criança do lençol há alguns minutos atrás. Ele me diz que a criança, bem como muitas outras, consome crack, assim como vendem facilmente até para gringos. E me diz ainda: ‘As crianças daqui tem comportamentos diferentes, pois elas estão sempre vendo o tráfico de drogas, o consumo, cresceram nesse meio e têm intimidade com as drogas. As crianças do CHS são diferentes das dos bairros. Elas são avançadas de cabeça, de comportamento, com relação às leis – sabem de seus direitos enquanto jovens para usá-los quando estão cometendo delitos – de relação sexual, de camisinha e de abuso’.

Carlos (segurança da rua Ribeiro dos Santos) fala da violência no CHS aos domingos, do ensaio do Olodum no Largo Pelourinho: ‘Os que vêm ao ensaio do Olodum de graça no largo vêm pra roubar e fazer arruaça. Vocês já ouviram falar de laceiros, meninas? Pois muitos são laceiros, um dá o murro na vítima e o outro rouba. Tem até mulher fazendo isso’. Da prostituição ele comenta que: ‘Há muita prostituição de menores aqui no CHS. Mesmo os policiais do Juizado paqueram elas. As meninas pedem 5,00 reais e todos vão pra cama com elas’. Ele comenta que na rua há um ponto de venda de cocaína. Não diz o local mas comenta que é próximo à Igreja do Passo. Muitas pessoas já pediram a ele para fumar maconha na calçada em frente a casa e ele não se incomodou mas os usuários de cocaína o incomodam. Comenta que um casal pediu pra cheirar cocaína dentro da casa e ele negou. Mas já viu muitos gringos e muitos casais cheirando cocaína defronte a casa escorada. Isto se dá pois a visibilidade da rua é pequena, principalmente para os que estão no início da ladeira e que olham para onde estamos e pelo fato de ter muitos carros estacionados. Ele

comenta também da rua 28 de setembro ('local de vícios, um antro onde moram prostitutas, ladrões, pivetes, traficantes').

Segundo o gerente do Albergue Solar da Juventude, seu Robson: 'Os estrangeiros dão muita credibilidade aos rastas e acabam indo para o fundo do poço. Muitos se aproximam deles pois sabem que com eles vão conseguir droga facilmente, mas estes acabam ficando péssimos. Vem para cá para realizar as fantasias de suas vidas que não conseguem realizar em seus países. Chegam aqui e se envolvem com cada figura – fala de relacionamento sexual além da questão das drogas – e chegam ao ponto de passarem temporadas e de consumirem tanta cocaína que acabam como esmoleres, dormindo nas calçadas e ruas do CHS assim como os mendigos da Rua das Flores por causa da cachaça e dos meninos que ficam no Terreiro e nas ruas adjacentes à Sé pelo consumo do crack'.

O vendedor ambulante Reginaldo me diz que já foi ladrão até os 18 anos e consumia drogas até 10 dias atrás. Diz que nunca vendeu drogas nem envolveu com gays (muitos que ele conhece e que vê circulando no CHS estão saindo com gays para serem bancados e até irem morar com estes, e outros são meninos balas – que estão em vários lugares ao mesmo tempo, entregando drogas).

A pobreza dos arredores, o público "alternativo" do maguebeat ou do reggae e os usos indesejados por parte da população pobre do bairro, são algumas evidências que nos autorizam a afirmar que, por mais que a intenção dos projetos de recuperação e revitalização fosse elitizar os centros históricos, a gentrificação não aconteceu ou, pelo menos, não da forma cabal como se esperava. Gentrificação é um termo inicialmente usado para se falar da substituição dos moradores mais pobres e antigos dos bairros históricos por moradores de classe média alta (Bidou-Zachariassen, 2006). Mas não é esse o processo descrito até aqui: os usuários de classe média e alta não substituíram os de origem popular. Acharmos mais correto definir, no primeiro momento de intervenção nestes centros históricos (1993-2000), de tentativa de elitização: mais uma vontade política do que um retrato fiel dos usos e usuários desses espaços ditos recuperados ou revitalizados, mais um projeto almejado pelos administradores da cidade do que uma vitória destes sobre as classes e setores populares. O "retorno à cidade" acabou sendo muito mais plural do que se esperava e se queria.

A primeira década de 2000: novo ímpeto para o projeto de elitização no Bairro do Recife e no CHS

- 34 A primeira década de 2000 trouxe mudanças nas políticas de intervenção nos centros urbanos tentando remediar os usos indesejados e a variedade de usuários que tais espaços acabaram tendo em finais da década anterior. No caso do Bairro do Recife, "após o sucesso e ímpeto acelerado dos investimentos, o PRBR deixou de ser uma prioridade para as sucessivas administrações municipais. Entre 1998 e 2005, o investimento público municipal foi insignificante (...) R\$ 714,92 mil" (Zancheti, 2007, p. 13). A segunda grande área que seria revitalizada no bairro – o Pólo do Pilar, onde se localiza a Favela do Rato – não chegou a ser renovada conforme previa o Plano.
- 35 Se na década anterior o investimento municipal na Revitalização do Bairro do Recife não foi dos mais surpreendentes (precisamente pela ideia de parceria público-privado em que se ancorava¹⁰), o que vemos no ano 2000 foi um investimento considerável por parte dos governos estadual e federal. Este último investiu a soma de U\$ 10 milhões para criar o Porto Digital, empresa encarregada de promover a localização e o desenvolvimento de empresas de tecnologia da informação e comunicações no Recife (Zancheti, 2006). Mediante o Programa Monumenta, que contou com recursos do BID e iniciativa privada, o governo federal escolheu outros espaços ou edifícios vazios no bairro para a construção

de um “centro de compras sofisticado”, um “complexo de cinemas, café e restaurantes” e dois estacionamentos. Por outro lado, empreendedores anunciaram “a construção de duas grandes torres de apartamentos para a classe alta, muitíssimo próximas ao centro histórico do Recife” (Zancheti, 2006, p. 59).

- 36 A revitalização do Bairro do Recife deixou de ser um assunto municipal a partir de 1996 (embora esta mudança só se implementasse em 2000), passando a formar parte de um programa federal (Monumenta), o que “alterou profundamente a trajetória de revitalização do Bairro, pois, para que a área fosse inserida no programa, a municipalidade criou um novo pólo de investimento, a Rua da Alfândega, sem antes consolidar e expandir o Pólo do Bom Jesus para os seus arredores” (Zancheti, 2007, p. 14). Assim, inclui-se o centro de serviços de diversão e lazer de Chanteclair, associado a um *shopping center*.

- 37 O Porto Digital também mudou o curso da revitalização ao promover uma sobrevalorização da área. A coligação de interesses nesse projeto gerou uma adesão impressionante, resultando, em finais de 2005, na reunião de mais de 80 empresas no Pólo Digital:

Os preços de venda dos aluguéis dos imóveis aumentaram, fazendo com que as atividades mais tradicionais não pudessem pagar os novos custos de locação das edificações. As pequenas empresas de tecnologia, o principal alvo do Porto Digital, também foram prejudicadas pela valorização imobiliária” (Zancheti, 2007, p. 15).

- 38 O resultado do Programa Monumenta e do Pólo Digital podem ser lidos como novas tentativas de elitizar o bairro, uma re-elitização diante da anterior, que só teve êxito parcial. O discurso de “devolver o centro histórico para a população da cidade” não está mais presente, assim como o “uso cultural do patrimônio” foi simplesmente deixado de lado. Agora, o Bairro do Recife tende a se converter em um bairro empresarial, *chic* e diurno:

Em 2004, a entrada em operação do Shopping Center reforçou a tendência de valorização imobiliária, tornando o Bairro do Recife uma zona urbana de altos aluguéis comerciais. O shopping atraiu outras empresas de alimentação, como bares e restaurantes, criando uma forte competição com as que estavam no Pólo do Bom Jesus, levando a que, entre 2004 e 2005, vários negócios fossem encerrados nesse Pólo devido à forte concorrência. Atualmente o Bairro do Recife caracteriza-se como uma área urbana de alta concentração de empresas de serviços modernos, com o apoio de empresas de alimentação, cultura e lazer, exatamente o inverso do que persistiu entre 1993 e 2000. É um bairro de intensa atividade diurna e não mais noturna, como nos primeiros anos de revitalização (...). Desde o início da implementação do PRBR discute-se a necessidade de introduzir a habitação na área. Entretanto, a valorização imobiliária praticamente inviabilizou a conversão de parte do estoque construído em unidades habitacionais. (Zancheti, 2007, p. 15)

- 39 Uma das críticas apontadas por Sílvia Zancheti ao novo rumo tomado na intervenção do bairro é que este, além de ceder terrenos públicos à iniciativa privada e conceder-lhe empréstimos mediante taxas de juros abaixo do mercado, não obedece mais aos princípios do diálogo e à busca de consensos entre os diversos atores. Não há espaço para a participação pública no debate destes rumos, o que acaba por promover a primazia de apenas alguns atores e a submissão do poder público a eles por interesses eleitorais (pois são os empreendedores que financiam suas campanhas eleitorais):

A coalizão política para o desenvolvimento, centrada nos próprios empreendedores e com grande apoio dos dirigentes públicos municipais, impôs um modelo de desenvolvimento baseado em uma transformação radical do patrimônio construído,

especialmente dos interiores das edificações, bem como na paisagem urbana das áreas ao redor dos perímetros tombados. Esse modelo foi imposto pela restrição à participação de alguns atores e formadores de opinião nas decisões da política de desenvolvimento. (Zancheti, 2006, p. 62)

- 40 Cabe, assim, a pergunta: o que a tecnologia da informação tem a ver com uma área histórica e um porto? Ao que parece, atualmente, todos os usos do patrimônio são possíveis, desde que movimentem e gerem muito dinheiro. O resultado são espaços nos quais não cabem mais usos indesejados e usuários não previstos. E se quer espaços vastos, não mais alguns quarteirões. Em 2005 foi encerrado o Escritório do Bairro do Recife para a criação de uma nova instituição “que implantasse um programa de revitalização para o conjunto do centro histórico da cidade, uma área urbana dezenas de vezes maior que a do Bairro do Recife” (Zancheti, 2007, p. 16). O CHS também passou a ser visto de forma mais abrangente. Desde 2007, o Escritório de Referência substituiu o IPAC na função de pensar e administrar o espaço recuperado.
- 41 No entanto, no Pelourinho não presenciamos o abandono da ideia segundo a qual um centro histórico deve ter principalmente um uso de “cultura e lazer”. Apenas o redirecionamento daqueles que deverão usar esse espaço. Diante do abandono das classes média e alta, e do uso cada vez maior deste espaço pelas classes populares, medidas tomadas nos últimos anos apontam para uma vontade política de re-elitizar o centro, convertendo-o num lugar de turismo de “alto poder aquisitivo”.
- 42 Dados recentes indicam que no Pelourinho há uma concentração “do comércio (49,2%), sobretudo de vestuário e eletrônico (17%) e turístico, basicamente souvenir e artesanato (8,2%). No Santo Antonio/Carmo predominam os serviços de alojamento e alimentação (42%), principalmente hotéis e pousadas (16,1%) e restaurantes e bares (18,7%)” (Gottshall et al, 2008, p. 18). Mas este comércio não goza de dinamismo. E não é de hoje. Reproduzimos a versão de alguns comerciantes em finais dos anos 1990:

Na rua Saldanha da Gama encontra-se uma velha barbearia-salão de beleza. O estabelecimento tem mais de 50 anos de funcionamento no local, ‘50 anos de tradição’. Hoje só trabalham nela 7 funcionários, sem salário fixo, que trabalham unicamente por comissão. Uma funcionária nos disse: ‘A reforma acabou com tudo. Tinha clientes importantes. Agora tudo sumiu, está tudo vazio, pois turista não compra peças, não corta o cabelo. Tudo vai fechar... A casa de discos, a livraria, salão, restaurante... ninguém ganha. Todo mundo está revoltado com Antônio Carlos Magalhães’. A proibição de estacionar carros na rua e a retirada do terminal de ônibus da Praça da Sé são as principais causas apontadas para tão lamentável situação. Por outro lado, ‘todos os clientes já foram assaltados porque a partir das 18h não tem policiais e os pivetes invadem. Antes, o movimento garantia que isso não acontecesse’.

A situação das lojas de eletrônica e som da rua Saldanha da Gama é semelhante. Uma das lojas antigas tem hoje 8 funcionários, quando já chegou a ter 35, há 10 anos atrás. O que aconteceu, perguntamos ao dono: ‘Houve um progresso muito grande no setor de eletrônica. As autorizadas se encarregam das peças. Os aparelhos quebram menos. É muito caro consertar aparelhos velhos. A reforma só piorou a situação ao tirar o terminal de ônibus e dificultar o estacionamento (policiais perseguem os clientes por pararem 30 segundos); então, preferem ir ao shopping’. Já pensaram em se mudar para outro lugar, perguntamos: ‘Pensaram inicialmente coloca-nos na Praça da Sé; depois, no primeiro andar do Shopping Baixa de Sapateiros. Adriana [Castro, então diretora do IPAC] decidiu deixar-nos aqui’. O desejo dos lojistas é se mudar, mas isso supõe muito dinheiro. No entanto, as lojas sobrevivem e resistem. ‘É a tradição das lojas e da rua (mais de 30 anos) que faz com que o comércio sobreviva na área’, disse-nos um outro comerciante do ramo. A

reivindicação maior é a de um estacionamento para que os clientes possam voltar a comprar na rua. Isso não solucionaria os problemas desse ramo comercial, que tem a ver com os planos econômicos (Plano Real), o mercado informal vindo do Paraguai etc. No entanto, ‘muito ajudaria um estacionamento perto da rua e a continuação da reforma das ruas adjacentes’, diz outro comerciante. Só um comerciante mencionou a existência de um acordo com o Estacionamento Multi Park: seus clientes podem estacionar no Multi Park e, ao mostrar a nota de compra no loja de eletrônica (com horário inferior a 1 hora), não precisam pagar.

O comércio de pedras preciosas no Pelourinho é outro ramo que já teve dias melhores. Tomé de Souza Ribeiro, proprietário de um prédio de três andares na rua Alfredo Brito (o térreo é de sua ex-esposa, a escadaria é alugada a um artesão peruano, o segundo andar será um futuro restaurante e no terceiro funciona uma central de computação), trabalha no ramo das pedras preciosas há muitos anos. Comprou o prédio em 1982 (‘por olho comercial’). Reformou, trabalhou, montou uma loja de gemas e ganhou muito dinheiro com ela. Ele diz que a ‘recuperação’ do Pelourinho trouxe benefícios pela valorização imobiliária, mas não no comércio de gemas: ‘quem compra uma boa jóia não vem mais ao Pelourinho’. Perguntado como antes da recuperação alguém podia vir ao Pelourinho comprar uma gema de 5.000 dólares, responde: ‘[na década de 1980] havia aqui lojas de luxo, visitadas por cónsules: Gerson, Esmeralda Lapidação, Lazzo Bonfim, Ermida e Sá etc. Eram 16 lojas de boa qualidade. 1982-87 foi um ótimo período de vendas no Pelourinho. Em 1987, o Pelourinho virou um inferno pelo aumento das drogas e prostituição. Minha loja se mudou para o Jardim de Alá... Hoje só trabalho via internet... Os que ficaram sofreram um declínio muito grande. Uns dez fecharam’. Por que, estando o Pelourinho ‘recuperado’ e sendo freqüentado por tantas pessoas, o negócio das pedras preciosas não rende mais o que rendia antes? A resposta que o comerciante nos deu é lógica: ‘Hoje não convém montar uma loja boa, mesmo com segurança, com propaganda, com turistas, porque o Pelourinho não é um espaço para turismo alto: não há restaurantes, não há teatros para esse público rico. Antes vinham à Bahia porque era o maior produtor de pedras e vinham ao Pelourinho porque aqui se concentravam os comerciantes. Vinham com seus seguranças. Hoje os comerciantes não se concentram mais em lugar nenhum’. O Pelourinho, para ele, não tem mais atrativo financeiro: ‘Se tivesse um comprador justo, eu venderia meu prédio. Mas como não há demanda que cubra a oferta de espaços, tenho que sublocar ou refuncionalizar o espaço’. Daí porque ele está montando um restaurante no local que foi uma luxuosa loja de pedras preciosas (...)

O comércio de artesanato tampouco rende muito no Pelourinho. Conversamos com o Sr. Angelo, nascido e criado no Pelourinho, dono de um prédio de três andares na rua Alfredo Brito (sua loja de artesanato funciona no térreo). Antes da reforma ele trabalhava no ramo de conserto de sapatos. Ele foi forçado a mudar de ramo e não se arrepende. No entanto, diz que o Mercado Modelo é mais lucrativo que o Pelourinho: ‘Artesanato no Pelourinho dá para levar, sustentar, mas não para ficar rico aqui’. Tanto turismo e poucas vendas de artesanato... parece um contra-senso. Djalma Elloi, presidente da Associação de Artesãos do Estado da Bahia, dá-nos a explicação: ‘o artesanato no Pelourinho não se vende porque não é baiano. Falta pureza. É uma mistura: a fita do Bonfim é preparada no Japão, os produtos industrializados, há uso de plástico... Isso não é artesanato’. A reforma tampouco ajudou: ‘Trouxe comerciantes de fora, sem nenhum compromisso com o artesanato... Tem muito mais intermediários. Se vendia mais antes da reforma’.

Muitos artistas plásticos tampouco vendem. Gil Abelha disse-nos: ‘O Pelourinho é um fracasso, as lojas só duram um ano, um verão. Os segundos andares dos prédios não funcionam, pois o povo gosta de ficar na mesa, nas calçadas. Por volta de uma da manhã, o povo todo vai para a Orla, que é muito melhor e mais barato. Antes da reforma os gringos vinham ao Pelourinho e se encantavam’. E os assaltos, perguntamos: ‘Sem problemas, colocavam relógio de três dólares para ser roubados mesmo; como no safari, sobreviventes gostam de mostrar arranhão’.

Lena da Bahia, antiga vendedora do ramo de quadros, diz que há poucos artistas e muitos copiadores. Os turistas querem pagar pouco e compram dos copiadores, que só pintam as famosas casinhas do Pelourinho. Griot, outro artista plástico, chama a atenção para um outro fator: os turistas passam na frente de seu ateliê (na Ladeira do Carmo), olham, mas não vêem nada porque o guia turístico não pára nas pequenas lojas. 'Não pára porque não ganha comissão. Ele irá parar só no Gerson, porque ele paga comissão por isso, enquanto os artistas pobres dos ateliês não podem fazer isso'.

O único comerciante entrevistado que disse estar contente com seu faturamento foi Sr. Afonso, espanhol, dono do Hotel Centro Histórico, localizado na rua Saldanha da Gama. Disse receber muitos gringos com baianos (homens e mulheres), pagando 15 reais por noite. 'É que estrangeiras gostam muito dos rastas... As paqueras iniciais se fazem nos bares que ficam abertos até tarde: Cantina da Lua e a Estação do Pelô. Depois, a noite acaba nos hotéis'. (Montoya Uriarte, 2002, p. 44-47).

- 43 Muitas são as fontes que relatam um Pelourinho frequentado inicialmente pelas classes alta e média e, aos poucos, sendo abandonado por estas. As lojas para o público de maior poder de consumo vêm fechando gradativamente. Até as Terças da Benção têm menos circulação do que nos anos 1990 e a famosa Alaíde do Feijão anda costurando em lugar de cozinhar dada a falta de fregueses (Dias, 2008).
- 44 Quem frequenta o Pelourinho como espaço de lazer são os próprios residentes da área central da cidade o que é visto, por alguns, como uma distorção: "Dentre as várias distorções merece ser investigada a dificuldade dos soteropolitanos de classe média, principalmente dos jovens, em frequentar o Centro Histórico" (Gottschall e Santos, 2006, p. 57). A "distorção" está no luxo que representa o patrimônio recuperado para gente que não é luxuosa: verifica-se, assim, a "existência de uma certa incompatibilidade entre o perfil de parte dos equipamentos aí instalados – e dos preços por estes praticados – e o público que hoje frequenta esse subespaço" (Queiroz, 2006, p. 95). A pergunta é : por que a classe média baiana deixou de frequentar o Pelourinho? Uma das hipóteses é a baixa qualificação da mão-de-obra (62% das pessoas ocupadas no turismo não tiveram acesso a programas de qualificação), e os muitos informais exercendo "atividades precárias" (vendedores ambulantes, vendedores de lojas de *souvenirs*, garçons, prostitutas, guardadores de carros, amoladores de tesoura, apostadores do jogo-do-bicho etc.). Até os artistas, que não se incluem na categoria "atividades precárias" devido ao prestígio dessa profissão, são artistas pobres: "a maioria dos artistas (53,3% declarou ganhar até R\$ 500,00" (Gottschall e Santos, 2006, p. 65).
- 45 Diante dessa situação, medidas estão sendo tomadas desde 2008. É o caso da capacitação profissional dos comerciantes da Baixa dos Sapateiros no que diz respeito a técnicas de venda, controle financeiro e melhoria do atendimento ao cliente. Ainda nessa área, que não tinha sido incluída nas sete etapas de intervenção do CHS, as fachadas das lojas estão sendo requalificadas. Respondendo a outra hipótese que identifica a pobreza, ambulantes, prostitutas, bêbados e outros usuários não desejados do Pelourinho como sendo parte importante do "problema" Pelourinho¹¹, encontram-se em curso políticas de capacitação de vendedores ambulantes para estes saberem "abordar" os turistas, além de se cadastrar e receber um colete identificador (de, digamos assim, "ambulante aceito"). A Rocinha, favela localizada no interior do Pelourinho, porém pouco visível internamente por ter sua entrada através de um beco, está sendo recentemente "reabilitada". O novo visual do Pelourinho inclui também mais iluminação para os monumentos e ruas do local.
- 46 Mas tudo indica que os novos empreendimentos privados não estarão dirigidos ao público local e, sim, ao turismo que provém do sul do país e, principalmente, ao turismo

internacional. O refinado restaurante Maria Mata Mouro é um exemplo de comércio que consegue se manter na área há mais de 13 anos porque seu público-alvo não é o da cidade. O seu proprietário, Milton Roselli, caracteriza seus clientes como sendo turistas de grande poder aquisitivo que vêm do longínquo complexo turístico-hoteleiro da Costa do Sauípe (localizado no Litoral Norte do Estado), onde há um trabalho conjunto com a recepção de tais hotéis, além de uma divulgação nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e até de Portugal. Em outras palavras, o público não é baiano: “O baiano de maior poder aquisitivo que pode consumir não vem ao Pelourinho, reclama de dificuldades para estacionar e tal. Eu estou aqui há anos e nunca tive dificuldade nos estacionamento” (Milton Roselli apud Gottshall et al. 2008, p. 18, 19). E é para este público sofisticado (de “estratos de renda mais elevados”, “público seletivo”, “de alto poder aquisitivo”) que estão se pensando as recentes estratégias para o Pelourinho. É este o público que frequenta o Santo Antônio, lugar onde se concentra o melhor faturamento das empresas (superior a R\$ 50.000 mensais). Nessa área, encontra-se o Convento do Carmo, inaugurado em 2005, para um público “de classe A e B”, principalmente estrangeiro. O referido público tem incentivado a abertura de pousadas, restaurantes e lojas (Queiroz, 2006). No Largo São Francisco, embora menos luxuoso, mas sem ser barato, encontra-se o Villa Bahia.

- 47 De fato, a partir de 2007, toda a área central de Salvador está sendo planejada para mudar de cara. De acordo com a nova estratégia, o também novo Escritório de Referência do Centro Antigo agora se ocupa de um espaço bem maior chamado Centro Antigo de Salvador (CAS), que abrange 7 km² ou 600 hectares (do Campo Grande até o Barbalho, envolvendo o Comércio, a Água de Meninos e o Dique do Tororó), isto é, 14 bairros de Salvador, e onde moram 70.000 pessoas. Trata-se certamente de uma área bem maior do que os 80 hectares do Pelourinho e seus 6.000 habitantes (Fernandes, 2008). Na Rua Chile, o Palace Hotel foi vendido a um grupo hoteleiro português e terá 180 leitos “de padrão internacional”. Um centro cultural irá se instalar na antiga Igreja da Barroquinha. Para o Comércio há uma “estratégia de atração de negócios”: grandes hotéis, restaurantes e empresas do setor terciário mediante “uma política séria e articulada de incentivos fiscais” (Lobo, 2008, p. 20). Três grandes grupos hoteleiros se instalarão nessa área: o Hilton (com dois hotéis), o Txai (com um hotel de luxo e um condomínio residencial) e o Fasano. Um novo terminal marítimo de passageiros será construído para atender os 300.000 passageiros e as tripulações que desembarcam na cidade e que, para não passar por lugares constrangedoramente feios, desaguarão praticamente no Mercado Modelo e Elevador Lacerda. Também está prevista a requalificação das ladeiras da Montanha, da Preguiça e Gravatá, assim como da Feira de São Joaquim (Lobo, 2008).

Comentários finais sobre os espaços homogêneos

- 48 As ruas Guedes de Brito, do Bispo ou das Flores, no Pelourinho, assim como o Pólo da Moeda e o Pólo Pina, no Bairro do Recife, eram alguns dos muitos espaços não desejados, pobres ou miseráveis, que cheiravam mal e, no entanto, ficavam tão perto do consumo desenfreado, dos turistas, da paquera alegre, da dança descontraída nas praças, da música, dos tambores, da alegria. Bêbados, prostituição, consumo e tráfico de drogas e pobreza, coexistiam com os restaurantes caros e a classe média que frequentava os espaços de consumo fabricados para elas, mas também com os rapazes negro-mestiços que frequentavam os shows gratuitos nas praças ou nas Terças da Benção. Os pólos coexistiam, mas não se misturavam. Havia muros invisíveis, mas extremamente

consistentes, formados com tijolos de indiferença, desprezo, discriminação e utilitarismo (há outros mais explícitos, como as grades da Praça do Reggae, por exemplo). Tanto a sociedade pernambucana quanto a baiana parecem ser divididas não só em classes e “raças”, mas também, e principalmente, em incluídos e excluídos (Azevedo, 2008). E os incluídos não gostam de se misturar com os excluídos, a não ser em épocas excepcionais, como bem observado por Roberto da Matta, a exemplo do carnaval. Em Recife,

existia o interesse político de assegurar essa espacialização dos usos, como forma de garantir algo maior que apenas o respeito pela diferença. Não ‘misturar’, embora nem sempre signifique discriminar, tinha, no Bairro do Recife, a conotação de separar. A diferença era admitida e respeitada, desde que cada uma tivesse seu lugar (...) Não se formaram exatamente guetos, mas lugares: menos rígidos em suas demarcações, mas igualmente marcados pelos sentidos que são atribuídos a certos espaços da cidade. (Leite, 2007, p. 271, 2).

- 49 Assim, toleravam-se espaços do outro, mesmo que próximos, desde que as fronteiras se respeitassem. Era uma situação bem diferente da “tolerância zero” aplicada em Nova York (Smith, 2006). Contudo, parece que o século XXI chegou com menos tolerância também para os trópicos. O rumo recente das intervenções evidencia a vontade de construção de espaços mais elitizados, isto é, mais homogêneos. Os novos empreendimentos (comerciais, culturais, turísticos etc.) são abertamente direcionados a um público específico, o chamado público “com capacidade aquisitiva”, “de alto poder de consumo”, “A ou B”, “economicamente valorizado”, e tantos outros eufemismos que querem esconder, no fundo, que está se falando das classes dominantes. Trata-se da preservação do patrimônio a serviço de alguns, para que estes desfrutem da paisagem histórica, tanto quanto desfrutem do simulacro de cidades feitos nos grandes condomínios em que costumam morar: urbanidades baseadas em homogeneidade, segurança e separação (Montoya Uriarte, 2001).
- 50 Neste panorama, qual será o futuro dos centros históricos? Em tempos de ceticismo e fim das utopias, que nos convidam a entregarmo-nos ao pragmatismo do mercado, propomos retomar um lema gramsciano: “pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”. A história urbana nos ensina que o ideal da homogeneidade ou singularidade, quando em espaços públicos, não resiste à dinâmica própria destes: “o que define o caráter público da vida é a possibilidade de as pessoas tornarem visíveis suas ‘falas’” (Leite, 2007, p. 135). Os espaços públicos se negociam e o final desse processo nem sempre pode ser premeditado. Intervenções e re-apropriações vão juntas. As lógicas econômica e financeira imperam em grande parte dentre aqueles que pensam e administram as cidades, no entanto, não necessariamente, dentre aqueles que fazem uso dela.
- 51 Quem compactua com a construção de espaços homogêneos no espaço público vê problemas nesses usuários “diferentes” que ele não quer. Quem são, por exemplo, esses ambulantes que tanto “perturbam” o espaço que se quer homogêneo, limpo e seguro, ou seja, sem eles? Recuperar o patrimônio sem deixar de ver a problemática humana com olhos humanizados significa conhecer de perto quem são essas pessoas, que histórias elas contam, que experiências trazem e que sonhos têm. A Antropologia nos ensina que só respeitamos o que conhecemos e só conhecemos quando sabemos ouvir. Gostaríamos de finalizar este artigo com os trechos a seguir, selecionados da caderneta de campo de nossa pesquisa no Pelourinho, e que poderiam contribuir com esta tarefa:

Marizete é uma vendedora ambulante que trabalha no mesmo ponto (na Rua Saldanha da Gama) há 13 anos. Ela fica do lado de uma loja de eletrônica, com seu tabuleiro vertical encostado numa porta de entrada de um hotel que não funciona

mais. É uma senhora com mais de 50 anos, negra, com dois filhos, separada. Ela vende doces, balas, bolo, café, cigarros. Seus fregueses são os lojistas e guardas da rua. Começou a trabalhar quando tinha 9 anos. Ela conhece todo mundo, pois cada um que compra alguma coisa dela fica batendo um papo. Morava nessa rua, foi indenizada e agora está em Nazaré, num quarto e sala. No entanto, ela continua trabalhando no Pelourinho. Deixa seu material na loja 'dos meninos' (dois irmãos donos de uma loja de eletrônica), às seis da tarde e volta ao dia seguinte, às nove da manhã.

O Sr. Antônio Carlos Gomes é vendedor de água de coco. Chama a atenção seu chapéu grande. Veio para Salvador aos 18 anos, de Santo Amaro. Morava na Gregório de Matos antes da reforma; foi indenizado com 2.100 reais e agora mora num hotel, nos arredores do centro. Me diz que na área da Saldanha os moradores vão ter que sair e serão indenizados como ele. Isso não lhe parece mal; o que ele acha ruim é o pouco dinheiro que recebem para sair. Diz que a Fiscalização da Prefeitura o persegue, mesmo tendo autorização do IPAC. Os da Limpurb também. Por outro lado, os donos de restaurantes não o querem por perto (pois tira fregueses deles) e ligam para seus compadres do IPAC para que o tirem. 'Tudo é uma falcატrua entre eles'.

Na porta de entrada dos casarões ainda subdivididos e habitados por uma população pobre é comum encontrar camelôs: de refrigerantes e cerveja, de chicletes e balas, de filmes etc. Na entrada de um desses prédios localizado no Largo do Pelourinho encontramos um senhor de uns 30 anos, que trabalha ali diariamente, vendendo filmes. Outro morador vende chicletes, cigarros. No prédio há moradores antigos e invasores. São 19 famílias no subsolo, térreo e 3 andares. Em total, 60 pessoas. Das 19 famílias, 13 são invasoras (há aproximadamente 5 anos). Dos moradores, 10 trabalham no comércio informal (balas, fotos, cerveja, acarajé etc.). Ofereceram a muitos 1.000 reais de indenização por saírem. Se oferecessem a ele, ele aceitaria.

A entrada da Rocinha apresenta a mesma cena. Há uma mulher que vende ali bebidas e refrigerantes, o dia todo, até 1 hora da manhã. Ela diz que quase todos os barraqueiros do Pelô são velhos moradores que saíram, mas continuam trabalhando no Pelô. Ela morou na Rocinha, foi indenizada e agora mora no Terreiro. Nas terças, tem barraca no Terreiro. Trabalha há 19 anos no mesmo ponto, com seu isopor. Em sua maioria, estes ex-moradores que continuam trabalhando no Pelourinho perderam o vínculo afetivo com esta área da cidade. Foi-lhes tirado um teto, mas também um modo de vida, uma vizinhança, uma dignidade. Entendemos por isso a seguinte frase de Marizete: 'Para um morador o Pelourinho não tem graça nenhuma. É só para turista, que nunca viu. Os que freqüentam é porque não têm outro lugar aonde ir, porque é longe, teriam que pagar transporte. Não gosta de sair, também, porque, como é área de prostituição, é muito fácil ser confundida. Para mim, o Pelourinho pode se afundar'.

Na mesma linha, Albino Apolinário e Padre Alfredo (da Igreja do Rosário dos Pretos) dizem: 'O que eu não gosto do Pelourinho é da forma como foi feita a reforma e como foi desrespeitada a comunidade. Como eles desrespeitam as pessoas, como eles atropelam, e como eles excluem as pessoas que tem um baixo poder aquisitivo. O Pelourinho nunca foi tão racista como ele tá sendo, um Pelourinho moderno, um Pelourinho sem sentimento, um Pelourinho sem alma, sem essência. Porque na verdade descaracterizaram o Pelourinho. Era necessário manter alguns pontos de resistência da cultura aqui no Pelourinho. Fizesse um pouco do que foi feito em Cachoeira. Tombaram o patrimônio de Cachoeira, mas deixaram o povo lá'.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *Centralidade étnica da mancha matriz de Salvador*. **Info Cultura**. Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Salvador, Vol.1 N.2, out., 2008.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- BOTLER, Milton; PEREIRA, Romer; JUREMA, Sílvia. Estratégias recentes e perspectivas de revitalização do Bairro do Recife. In: ZANCHETI, Sílvia; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (orgs.), **Estratégias de intervenção em áreas históricas**. Revalorização de áreas urbanas centrais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DIAS, Marcos. Guia de mistérios e espantos. O Pelourinho ainda resiste no coração do Centro Histórico, com personagens que parecem saídos de livros de Jorge Amado, Muito, Revista semanal do *Jornal A Tarde*, Domingo, 14 de setembro de 2008.
- FERNANDES, Ana, FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio. 1993. O Passado tem futuro?, In: Vº Encontro Nacional da Anpur, Belo Horizonte. 24pp (mimeo).
- _____. *Centro Antigo de Salvador: centralidades em disputa e desafios à ação*. **Info Cultura**, Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Vol.1 N.2, out. 2008.
- FINGUERUT, Sílvia. Cores da cidade – Os casos do Rio de Janeiro e Recife. In: ZANCHETI, Sílvia; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (orgs.). **Estratégias de intervenção em áreas históricas**. Revalorização de áreas urbanas centrais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.
- GOMES, Geraldo. Por que o bairro do Recife? In: ZANCHETI, Sílvia; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (orgs.). **Estratégias de intervenção em áreas históricas**. Revalorização de áreas urbanas centrais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.
- GOTTSCHELL, Carlota de Souza; SANTANA, Mariely Cabral (orgs.). **Centro de Cultura de Salvador**. Salvador: Edufba, SEI, 2006.
- _____, SANTANA, Mariely e ROCHA, Ana Georgina Peixoto. Perfil dos moradores do Centro Tradicional de Salvador à luz do Censo 2000. In: _____ e SANTANA, Mariely Cabral (orgs.). **Centro de Cultura de Salvador**. Salvador: Edufba, SEI, 2006.
- _____ e SANTOS, Rodrigo. Sondagem de ocupação indica a necessidade no Centro Histórico de Salvador (relatório de pesquisa). In: _____ e SANTANA, Mariely Cabral (orgs.). **Centro de Cultura de Salvador**. Salvador: Edufba, SEI, 2006.
- _____ et al. *Empresas do centro histórico de Salvador*. **Info Cultura**. Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Vol.1 N.2, out. 2008.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto Salvador**. Perfil Definitivo. 6ª etapa. Salvador, junho 1997.
- Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Centro Histórico de Salvador**. Programa de Recuperação. Salvador's Historic District, Recovery Program Salvador. Salvador: Corrupio, 1995.

_____. **Pelourinho Dia e Noite**. Salvador, folder, s/d.

LAPA, Tomás de Alburquerque. Revitalização de áreas urbanas ou adequação de funções a uma nova dinâmica urbana de ocupação e uso do solo. In: ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (orgs.). **Estratégias de intervenção em áreas históricas**. Revalorização de áreas urbanas centrais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Editora Unicamp. Aracaju, SE: Editora Universidade Federal de Sergipe, 2ª edição revista e ampliada, 2007.

LOBO, Sandra. *Empresas que atuam no Centro Antigo de Salvador*. **Info Cultura**. Informativo da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Vol.1 N.2, out. 2008.

MATTOSO de QUEIRÓS, Katia M. **Bahia Século XIX**. Uma Província no Império. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MONTOYA URIARTE, Urpi. *Cidade partida: condomínios fechados, pedaços e territórios*. **Cadernos do CEAS**, Salvador, CEAS, Set./Out. N.195, 2001.

_____. **Patrimônio, turismo, cultura**. Análise do Centro Histórico de Salvador após sua ‘recuperação’. Relatório final da pesquisa de Desenvolvimento Científico Regional (CNPq). Salvador. (mimeo). 2002.

_____. *Qual é o patrimônio cultural do Pelourinho?* **Cadernos do CEAS**, número a ser definido, 2010.

MOURA, Milton. A música no centro histórico de Salvador. In: GOTTSCHALL, Carlota de Souza; SANTANA, Mariely Cabral (orgs.). **Centro de Cultura de Salvador**. Salvador: Edufba, SEI, 2006.

MURICY, Ivana Tavares. Formas de utilização e relações de propriedade imobiliária no Maciel/Pelourinho. Salvador, 41pp (mimeo), 1995.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. O espaço turístico do Centro Histórico: formação, transformações, perspectivas e desafios. In: GOTTSCHALL, Carlota de Souza; SANTANA, Mariely Cabral (orgs.). **Centro de Cultura de Salvador**. Salvador: Edufba, SEI, 2006.

REVICENTRO. *Anais dos Encontros e Painéis de Debates da Comissão de Revitalização do Centro Histórico da Cidade do Salvador*. Vol.III, Mesa Redonda Sobre a Questão da Habitação em Sítios Históricos, 28/03/85. Salvador, 1988.

SIMÕES, Maria Lúcia, MOURA, Milton. *De quem é o centro histórico de Salvador?* **Cadernos do CEAS**, N.96 Salvador 1986.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

ZANCHETI, Sílvio. Revalorização de áreas centrais. A estratégia do Bairro do Recife. In: ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (orgs.). **Estratégias de intervenção em áreas históricas**. Revalorização de áreas urbanas centrais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

_____; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (orgs.). **Revitalização do Bairro do Recife**. Plano, regulação e avaliação. Olinda, Recife: CECI, Programa de Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional da UFPE, 1998.

----- Desenvolvimento versus conservação urbana em Recife – um problema de governança e gestão pública. In: BARROS, César; ARAÚJO, Evelyne Labanca Corrêa de. **Reabilitação urbana de centralidades metropolitanas: reflexões e experiências na América Latina do século 21.** Recife: Prefeitura do Recife, Rede Mercocidades, Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano, 2006.

----- *O financiamento da revitalização dos centros históricos de Olinda e Recife: 1979 – 2005.* Ceci – Textos para Discussão N.03. Série Gestão da Conservação. Olinda, 2007.

NOTAS

1. A pesquisa intitulou-se “Usos, usuários e significados de um centro histórico recuperado: o caso do Pelourinho” e teve o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) mediante a bolsa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), que articulou a pesquisa ao ensino na Universidade Federal da Bahia no período de 1998-2000. Esta pesquisa contou com a participação, no ano 2000, de duas alunas da disciplina “Antropologia Urbana” que lecionei nessa instituição: Bárbara Falcon e Sheila Portugal.
2. A Favela do Rato ou Comunidade Nossa Senhora do Pilar se localiza próximo à Rua do Bom Jesus. Formou-se na década de 1960, no pátio da antiga Igreja do Pilar. Feita de barracos de madeira e zinco, sem água sanitária nem rede de esgoto, “foi erguer-se onde se imaginava ser um lugar esquecido e sem valor para a cidade: entre os fundos das duas indústrias, sob o barulho ininterrupto das máquinas, sirenes e caminhões” (Leite, 2007, p. 234).
3. “No final de 1991, existiam na área 592 estabelecimentos de negócios, distribuídos nos três principais setores econômicos. Desses, 14 estão no setor da indústria, 228 no do comércio e 350 no de serviços” (Zancheti et al., 1998, p. 16).
4. A “Comissão de Revitalização do Centro Histórico da Cidade do Salvador nasceu no ano de 1983 por iniciativa, sobretudo, de entidades religiosas e outras localizadas nos limites da área denominada ‘Centro Histórico da Cidade do Salvador’” (Revicentro, 1988, p. 4).
5. Para uma análise detalhada desta etapa e da luta dos moradores pobres para permanecerem morando no Pelourinho, veja-se Montoya Uriarte (2010).
6. A escolha das cores, que não corresponde às cores com que tradicionalmente eram pintados os prédios, foi justificada pelo novo uso que o Projeto atribuía aos mesmos: “nesse caso optou-se pelo uso variado das cores, em tons fortes, onde a intenção é um chamamento às qualidades ecléticas daquela arquitetura, tornando o conjunto como um mostruário do humor brincante do pernambucano e chamando a comunidade a vir novamente ao Bairro” (Finguerut, 1995).
7. “O Plano foi um marco como um projeto de desenvolvimento local no Brasil, distinguindo-se de outros projetos de revitalização urbana em realização no país naquele momento. Diferentemente da tradicional forma de implantação de planos, o Governo Municipal adotou uma política de negociação de parcerias com os agentes privados locais, pois considerou fundamental a adesão dos investidores privados ao Plano e, ao mesmo tempo, demonstrou que a revitalização poderia constituir-se numa proposta viável de retorno econômico dos investimentos” (Zancheti, 2007, p. 12).
8. Era prática da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, desde sua criação, em 1967, adquirir os imóveis que restaurava. Assim, a instituição sucessora desta - o IPAC - chegou à década de 1990 tendo se tornado a grande proprietária do Pelourinho: “Com a implantação do projeto, o IPAC se transforma no grande proprietário dos imóveis no CHS, possuindo 102 imóveis no Maciel, o que representa um aumento de 242,9% no seu patrimônio imobiliário. A maior parte deles, 60 imóveis, correspondentes a 26,9%, foram decretados de utilidade pública para fins de desapropriação, passando a integrar seu patrimônio imobiliário. As doações resultantes de

acordos firmados entre o Governo e os proprietários que possuíam mais de um imóvel no CHS foram responsáveis pela transferência de 19 imóveis (8,5%); pelo processo de compra e venda foram adquiridos 15 imóveis (6,7%); e 08 imóveis o IPAC possui a posse precária” (Muricy, 1995, p. 31).

9. Órgão encarregado dos eventos no Pelourinho recuperado, que veio, em 1995, substituir o anterior projeto Ritos e Agitos. Nesse ano, o IPAC assumiu diretamente a programação dos eventos no Pelourinho através de convênios com a Bahiatursa e a Fundação Cultural do Estado. O projeto é considerado “o instrumento da revitalização propriamente dito do Pelourinho”. Com efeito, são os eventos que dão vida à recuperação física do lugar. Nos três primeiros anos, o Projeto Pelourinho Dia e Noite patrocinou a realização de 3.901 espetáculos, a contratação de 15.604 artistas locais e nacionais, 9 shows internacionais e atraiu para o Pelourinho mais de 1.500.000 pessoas. Atualmente, o Projeto é gerenciado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB).

10. Entre 1993 e 1996, os investimentos públicos no Bairro do Recife totalizaram R\$2,66 milhões e os privados foram estimados em R\$ 2,85 milhões (Zancheti, 2007, p. 13).

11. “A sub-região Pelourinho-Sé (1.552) é a mais paradoxal. Espaço cenográfico de consumo turístico, local de produção cultural, de trabalho institucional. É também lugar de passagem, de circulação para moradores circunvizinhos, soteropolitanos e/ou turistas em busca de lazer e entretenimento. Entretanto, no entorno principal, sobretudo nas áreas não reformadas, reside uma população extremamente pobre que sobrevive em casarões degradados, tem baixa escolaridade e parco rendimento. A consequência dessa tensão social é visível, por exemplo, na permanência da população de rua (mendigos, ambulantes e crianças) que gravita em torno dos visitantes. Também merece destaque a Rocinha do Pelô, que, segundo alguns entrevistados, é somente uma favela urbanizada localizada na encosta do Pelourinho” (Gottschall, Santana e Rocha, 2006, p. 23).

RESUMOS

Neste artigo, discutimos as mudanças recentes nas políticas de intervenção nos Centros Históricos de Recife e Salvador. Tanto no Bairro do Recife quanto no Pelourinho, as intervenções da década de 1990 se concentraram nas mudanças do uso local: de espaço degradado e pobre para um espaço de ‘cultura e lazer’ destinado às classes médias. Em meados da primeira década dos anos 2000, o que vemos, no entanto, são novas estratégias de re-elitização, na medida em que o uso social do espaço resultou ser mais amplo do que o esperado. O discurso de “devolver a cidade a seus habitantes” está, nesse segundo momento, cada vez menos presente, imperando abertamente a lógica do investimento e retorno financeiro. O que permanece perigosamente adiada é a discussão dos significados dos centros históricos e da memória capaz de ser transmitida por estes espaços singulares.

ÍNDICE

Palavras-chave: centros históricos, patrimônio, usos do patrimônio

AUTOR

URPI MONTOYA URIARTE

Antropóloga (Universidad Nacional Mayor de San Marcos), doutora em História (Universidade de São Paulo), com pós-doutorado em Desenvolvimento Urbano (Universidade Federal de Pernambuco). Professora adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia. Na área da Antropologia urbana publicou *Panoramas Urbanos: reflexões sobre a cidade* (Salvador: Edufba, 2003) e *Entre Fronteras. Convivencia multicultural, Lima siglo XX* (Lima: Concytec, Sur, 2002)
urpi@terra.com.br